

CRÔNICAS E CONTROVÉRSIAS

A TORRE DE BABEL E A CONFUSÃO DAS LÍNGUAS* 1

Nicolas Sergueevitch Trubetzkoy
(1890-1938)²

Após o pecado original, além do castigo imposto à humanidade através de Adão e Eva, a Santa Escritura ainda menciona outra punição, aquela infligida aos construtores da Torre de Babel que atinge a humanidade de modo coletivo, a saber: a confusão das línguas.

Na Santa Escritura, a confusão das línguas, ou seja, a instauração da pluralidade das línguas e das culturas, é considerada como uma punição, uma maldição divina análoga à imprecação “comerás o pão com o suor do teu rosto” proferida contra a humanidade na pessoa de Adão. As duas maldições fundam uma lei natural contra a qual a humanidade é impotente. A constituição fisiológica do homem e do mundo que o cerca fazem com que a obtenção de alimento necessite de um desperdício de energia física. As leis que regem a evolução das nações são tais que, inevitavelmente, engendram e conservam diferenças nacionais tanto lingüísticas como culturais. Interessa pouco o tipo de ferramenta que o homem venha a criar a fim de poupar suas forças, porque ele nunca conseguirá economizá-las. Pouco interessa seu esforço para resistir aos fatos relativos à pluralidade das diferenças nacionais, pois elas sempre existirão. E isso não é tudo. O trabalho físico está tão intimamente ligado ao funcionamento normal do organismo humano que sua ausência é prejudicial à saúde e aqueles que não necessitam ganhar o pão cotidiano trabalhando fisicamente devem artificialmente substituir o trabalho manual utilitário pela ginástica, o esporte ou os exercícios corporais visando preservar a saúde. Do mesmo modo, a divisão dialetal da língua e da cultura está tão intimamente ligada à essência do organismo social que uma tentativa de suprimir a diversidade nacional resultaria em improdutividade cultural e ruína.

Na pureza de seu conceito, o trabalho nunca é agradável. O trabalho somente pode ser agradável (talvez e às vezes) se, de modo paralelo,

* Data de recebimento do artigo – 10/10/2003

Data de aceitação do artigo – 14/10/2003

estiver associado às sensações e aos estados mentais, ao conhecimento que adquirimos de nossa força e de nossa habilidade, ao interesse que manifestamos pelos resultados imediatos de uma tarefa, pelo sentimento competitivo, pela expectativa de repouso, etc. Quanto mais essas sensações e esses estados secundários do espírito tendem a desaparecer, melhor percebemos a verdadeira natureza do trabalho enquanto sofrimento. É de nosso conhecimento o fato de que, quando precisamos transformar um trabalho em castigo, antes procuramos deixar de lado tudo que possa embelezá-lo e esconder do trabalhador a verdadeira natureza de seu suplício. O trabalho forçado: eis o trabalho na pureza de seu conceito. Deus, em sua graça extraordinária, concede a alguns a força física ou o êxito. Mas mesmo esses dons divinos só embelezam o trabalho através de uma condição: a de que o trabalhador os reconheça e por esse motivo se felicite. De outro modo, o trabalho continua a ser um trabalho, isto é, um sofrimento.

Conseqüentemente, o trabalho é sempre um sofrimento e a lei relativa à necessidade de trabalho mantém a eterna maldição, a da punição que Deus infligiu ao homem após sua queda. Em contrapartida, a lei da divisão dialetal e da inelutável pluralidade das culturas nacionais não está relacionada ao sofrimento. Ela impede o homem de realizar seus inúmeros projetos e “ideais” e freqüentemente provoca conflitos bélicos, o ódio contra outras nações, a opressão de certas nações por outras. Mas essa lei, em sua pureza, não está relacionada ao sofrimento. A distinção entre a lei da divisão, da pluralidade das culturas nacionais e da necessidade do trabalho físico é relativa ao fato de, atualmente, a última ser simplesmente uma punição infligida à humanidade após o pecado original, enquanto que a primeira, segundo a Bíblia, não é tanto uma punição, mas uma resposta divina aos construtores da Torre de Babel. Ela é uma criação divina destinada a prever tentativas análogas à construção dessa Torre.

É necessário reconhecer um sentido intrínseco, profundo, à narrativa bíblica no tocante à Torre de Babel, abstração oriunda de seus fundamentos históricos. Nessa narrativa, a Santa Escritura retrata uma humanidade que se comunica através de uma única língua, ou seja, uma humanidade perfeitamente homogênea lingüística e culturalmente. Ocorre que a cultura única, universal, desprovida de toda e qualquer marca individual e nacional, é excessivamente unilateral. O desenvolvimento massivo da ciência e da técnica (que potencialmente prepara a concepção de semelhante construção!) acompanha a ausência completa de riquezas espirituais e a barbárie moral, o que desencadeia de modo excessivo o desenvolvimento da ostentação e do orgulho que encarna o projeto ímpio e absurdo da Torre de Babel. Esta, enquanto maravilha técnica,

não somente não possui qualquer sentido religioso, mas sua significação é decididamente anti-religiosa: um sacrilégio. E Deus, com o intuito de impedir sua construção e pôr fim à auto-glorificação blasfematória da humanidade, confundiu as línguas e instituiu, para sempre, a lei da divisão nacional, da pluralidade das línguas e das culturas nacionais. Por um lado, esse ato da legislação divina mostra que a técnica ímpia e auto-glorificadora, cuja soberba expressão é o projeto da Torre de Babel, é uma conseqüência não contingente, mas necessária e natural oriunda da existência de uma cultura uniforme, universal, sem nações diferenciadas; por outro lado, demonstra que somente as culturas limitadas a nações podem escapar do vazio do orgulho e conduzir a humanidade ao caminho que a Deus contenta.

É bem clara a relação existente entre o espírito que orienta a construção da Torre de Babel e o conceito de cultura universal, homogênea. Toda cultura é um produto que, no curso da história, sofre alterações oriundas da criação coletiva de sucessivas gerações de um mesmo contexto social. Desse modo, todo valor cultural particular tem por objetivo satisfazer necessidades (materiais e espirituais) de alguma entidade social ou dos indivíduos que a compõem. É por esse motivo que toda cultura nivela, nos limites da pretensa entidade social, as diferenças individuais existentes entre seus membros. Nos valores culturais que encontram um reconhecimento geral, apagam-se os traços excessivamente individuais de seus criadores e da expressão das necessidades, dos gostos dos membros particulares do organismo sócio-cultural. Tudo isso se realiza naturalmente depois da neutralização mútua dos opostos, ou seja, das diferenças individuais extremas. Conseqüentemente, toda cultura comporta o traço de um certo tipo psíquico, médio em relação aos membros de uma dada entidade sócio-cultural. Quanto maiores as diferenças individuais existentes entre os membros de uma entidade sócio-cultural, mais vago e indeterminado – “impessoal” – é o tipo médio que se encarna no seio de sua cultura. Caso imaginássemos uma cultura da qual toda a humanidade pudesse ser o suporte criador e detentor, seria evidente que seu caráter vago e impessoal atingiria o apogeu. Somente os elementos psíquicos comuns a todos os homens estariam aí encarnados. Os gostos e as convicções variam segundo os homens. No entanto, a lógica é a mesma para todos. As necessidades materiais concernentes à alimentação e à economia do trabalho, dentre outras, são também mais ou menos as mesmas para todos os homens. Logo, é evidente que em uma cultura universal homogênea, a lógica, a ciência racionalista e a técnica material triunfarão em detrimento da religião, da ética e da estética. Nesse tipo de cultura, o desenvolvimento intensivo da técnica e da ciência levará inelutavelmente à barbárie espiritual e moral. A lógica e a técnica mate-

rial que o espírito não enobreceu e aprofundou “esgotam” o homem cuja alma tornou-se bárbara e dificultam o caminho que o conduz a um verdadeiro conhecimento de si. Além disso, elas densificam seu orgulho. Assim, a cultura universal homogênea torna-se inevitavelmente ímpia, dirigida contra Deus, similar à Torre de Babel.

A cultura limitada a uma nação atribui um lugar de honra a todas as manifestações de necessidades, de predisposições íntimas, espirituais, de gostos estéticos e de tendências éticas, ou melhor, a toda fisionomia original, tanto moral quanto espiritual da nação. O lado espiritual desse tipo de cultura, penetrado pelo psiquismo nacional original, está íntima e organicamente próximo de seus detentores. Se a fisionomia e a experiência espirituais, próprias às naturezas similares e aparentadas, encarnam-se em uma cultura, torna-se mais fácil o esforço pelo conhecimento de si mesmo efetuado pelos membros particulares desse organismo nacional³. Eis por que, precisamente nos limites desse tipo de cultura, podem surgir valores morais positivos que elevam espiritualmente o homem.

No entanto, embora compreendendo os aspectos positivos da cultura nacional, é preciso reprovar a divisão nacional caso ela ultrapasse um certo limite orgânico. De qualquer modo, é necessário evidenciar que a divisão nacional não equivale de modo algum à dispersão anárquica das forças nacionais e culturais e que, nesse caso preciso, a divisão não é uma ilimitada degenerescência. Assim sendo, eis o que nos instiga o exame dos aspectos negativos da divisão nacional.

A lei da diversidade das culturas nacionais limita o homem. O pensamento humano não encontra somente limites em sua natureza específica, em sua incapacidade de se libertar do espaço, do tempo, das “categorias”, em se desprender completamente das amarras da experiência sensível, mas também no fato de somente podermos compreender integralmente as obras de nossa própria cultura ou de uma cultura próxima à nossa (o que se manifesta fortemente quando a divisão das culturas se transforma em degenerescência). Em virtude da lei da diversidade das culturas nacionais, as relações entre os representantes de diferentes nações são difíceis e, a partir de um certo grau de diferença cultural, elas tornam-se completamente impossíveis. Porém, juntamente com essas conseqüências negativas, a lei da diversidade das culturas nacionais, desde que a divisão das nações e das culturas não ultrapasse um certo limite organicamente necessário, gera resultados positivos e benéficos à humanidade. Pois – como constatamos do que acaba de ser dito – é graças a essa lei que vemos surgir, nas diferentes nações, valores que espiritualmente elevam o homem e valores culturais positivos do ponto de vista moral. Os homens, após tê-la reconhecido, devem aceitar seus efeitos negativos e, sem queixas, com conhecimento de causa, aceitar sua limitação nacional.

A tendência a abrandar o trabalho físico e restringir o emprego da força humana é completamente natural e não configura um pecado. Por outro lado, quase sempre é pecado a tendência a suprimir a diversidade das culturas nacionais a fim de estabelecer a cultura universal única. Isso conduz a humanidade ao estado que precede a construção da Torre de Babel, descrito pela Santa Escritura, devendo, inevitavelmente, levar à tentativa de se repetir tal construção. Todo internacionalista é ímpio, anti-religioso, possuído pelo orgulho humano. Ele não o é por acidente, mas em virtude de sua própria essência.

Eis o pecado original e fundamental da civilização da Europa moderna. Esta põe em prática o nivelamento e a extinção das diferenças individuais existentes entre as nações; o estabelecimento, em todos os lugares, das mesmas formas de vida, da mesma organização político-social e dos mesmos conceitos. Ela destrói os fundamentos espirituais originais que cada nação elabora no seio de sua cultura durante sua existência. Ela não os substitui e não pode substituí-los por fundamentos diferentes, somente implanta as formas externas de vida que repousam sobre bases exclusivamente materiais, utilitárias ou racionalistas. A civilização europeia é igualmente responsável por enormes devastações na alma das nações europeizadas, tornando-as estéreis espiritualmente e indiferentes, bárbaras do ponto de vista moral. Ao mesmo tempo, em todos os cantos do mundo, é seguida pelos seus dois fiéis companheiros: a gula desmedida pelos bens terrestres e o orgulho, esta fonte do pecado por ela suscitado de modo desmedido. A civilização europeia avança com determinação implacável em direção a uma nova Torre de Babel. Desde que a cultura romano-germânica tentou se tornar civilização universal, a ciência puramente racionalista, a visão egoísta e utilitária do mundo prevaleceu completamente sobre todas as coisas. Com o tempo, esta correlação entre os elementos da cultura somente se reforçou. Mas isso não poderia ter ocorrido de outra maneira: um japonês e um alemão entendem-se somente no terreno da lógica, da técnica e dos interesses materiais e é por isso que todos os outros elementos da cultura e todas as suas forças motrizes, aos poucos, atrofiam-se de modo inelutável. Seria errôneo pensar que as barreiras que separam os homens desapareceriam e que suas relações se tornariam mais fáceis após esse nivelamento das culturas que resulta da supressão pura e simples de seus aspectos espirituais. A “fraternidade das nações” que emerge através da despersonalização espiritual é uma fraude ignóbil, pois trata-se de uma falsa fraternidade, completamente quimérica se contabilizados apenas os interesses egoístas e materiais; se a técnica engendrar a concorrência internacional e o militarismo; se a idéia de uma civilização internacional originar projetos imperialistas e de dominação universal. Suprimir o aspecto espi-

ritual de uma cultura ou lhe conferir um aspecto secundário apenas conduzirá à barbárie moral e desenvolverá os egoísmos, o que não somente suprime, mas agrava a dificuldade comunicativa existente entre os seres humanos. Além disso, esse fato amplificará o ódio entre diferentes grupos sociais, inclusive nos limites de uma única nação. Eis as conseqüências inevitáveis da tendência à criação de uma civilização internacional, universal. Elas mostram claramente que essa tendência é fonte de pecado e contrária à vontade de Deus.

A diversidade das culturas e das línguas nacionais é uma conseqüência da lei da divisão. Sua ação manifesta-se mais claramente do que em outros domínios quando analisamos o caso particular da língua. Cada língua divide-se em dialetos, os dialetos em patoás, os patoás em falares, etc. Logo, cada patoá possui, além dos traços que lhes são característicos, certos traços comuns a todos os patoás de um dialeto e, além dos traços que o unem a outros patoás vizinhos, os traços comuns com um outro, etc. Entre os dialetos vizinhos, existem patoás intermediários que reúnem traços de dialetos diferentes. Assim, a língua é uma cadeia ininterrupta de patoás que, gradualmente e imperceptivelmente, passam de um a outro. Quanto às línguas, elas reúnem-se em “famílias”. No interior das famílias, podemos distinguir “ramos”, “sub-ramos”, etc. Nos limites de cada unidade de segmentação, as línguas dividem-se exatamente como os patoás nos limites de uma única língua, a saber, cada língua do ramo em questão possui, além dos traços que lhe são próprios e dos traços comuns a todo o ramo aqueles que a aproximam de modo particular a uma língua do mesmo ramo, etc. Isto posto, entre línguas aparentadas freqüentemente existem patoás intermediários. Nos limites de uma “família”, os ramos se relacionam uns aos outros exatamente como as línguas nos limites de um ramo. Não existe diferença de princípio entre os conceitos de “ramo”, “língua”, “dialeto” e “patoá”. Quando todas as unidades de segmentação de uma entidade languageira específica são próximas umas das outras permitindo aos seus locutores compreenderem-se facilmente, sem intermédio de um intérprete, essas unidades denominam-se “patoás”; seus grupos, “dialeto” e o todo languageiro (ou seja, o seu conjunto), “língua”. Porém, quando os representantes de diferentes patoás não conseguem mais se compreender facilmente, os patoás mudam de nome. Eles são intitulados línguas, seus grupos constituem ramos e o conjunto de ramos, uma família, o que pode originar freqüentemente controvérsias referentes ao problema de determinar se uma unidade de segmentação é uma língua ou um dialeto e à possibilidade de associar um grupo de patoás fronteiriços, intermediários, a uma ou a outra das duas línguas aparentadas e vizinhas. Ora, para a maioria dos estudiosos, essas controvérsias não podem ser resolvidas somente com

os meios de que dispõe a ciência da linguagem. Eis as relações existentes entre as unidades languageiras associadas *geneticamente*, ou seja, quando remontamos retrospectivamente a história até chegar aos dialetos da “protolíngua” comum ao grupo genético visado (uma família, um ramo, um sub-ramo, etc.).

No entanto, excluindo o agrupamento genético, as línguas geograficamente vizinhas reúnem-se independentemente de suas origens. De fato, algumas línguas pertencentes à mesma área geográfica e com situação histórico-cultural similar apresentam traços de uma semelhança singular e essa similitude não é condicionada por uma origem comum, como poderíamos supor, mas unicamente por uma vizinhança prolongada e por uma evolução paralela. Propomos a denominação “união de línguas”⁴ para os grupos reunidos segundo o princípio não genético. Essa união existe não apenas entre línguas diferentes, mas também entre famílias lingüísticas. Dito de outro modo, algumas famílias sem origem comum, mas espalhadas na mesma zona geográfica e histórico-cultural podem reunir-se em uma espécie de “união de famílias de línguas” graças a um número importante de traços comuns. Assim, as famílias fino-ugriana-samoneidas (ou “uraliana”), turca, mongol e manchu reúnem-se em uma “união uralo-altaica de famílias lingüísticas” graças a muitos traços comuns e isso ocorre sem que se leve em consideração a rejeição, pela ciência moderna, de todo parentesco genético existente entre elas. A divisão de substantivos segundo os gêneros gramaticais e, quanto à derivação das formas, a propriedade que a raiz possui de se transformar, de inserir e de suprimir uma vogal radical (soberu-sobrat'-sobirat'-sobor⁵), reúnem as famílias indo-européia, semítica, camítica e norte-caucásica em uma “união mediterrânea de família de línguas” que teriam provavelmente feito parte de certas línguas mortas da bacia do Mediterrâneo. Essas “uniões” de famílias lingüísticas que, de modo evidente, não possuem nenhum parentesco genético, estão presentes em toda a superfície do planeta. Portanto, é freqüente que uma única e mesma família, ou uma língua específica, participe concomitantemente de duas uniões ou oscile entre duas uniões vizinhas e tenha desse modo o mesmo papel que o dos patoás intermediários na classificação genética⁶. Considerando possíveis duas maneiras de agrupar as línguas, genética e não genética, podemos dizer que todas as línguas do planeta formam uma rede ininterrupta de malhas transitórias, como um arco-íris. E em decorrência dessa matizada rede languageira e do fato de que seus segmentos passam gradualmente de um a outro, o sistema geral das línguas do globo terrestre constitui, com toda a sua heterogênea diversidade, um todo único, inteligível, com espírito singular. No domínio da língua, igualmente, a ação da lei da divisão não causa dispersão anárquica, mas a formação

de um sistema ordenado e harmônico em que cada parte, até a mais ínfima, guarde sua individualidade única e distintiva e que a unidade do todo não se obtenha pela despersonalização de suas partes, mas através da continuidade da matizada rede languageira.

A divisão das culturas e sua recíproca correlação não coincidem com a classificação das línguas. Os locutores de línguas não pertencentes exclusivamente a uma única e mesma família, mas a um e mesmo ramo podem ser oriundos de diferentes culturas. A nação húngara (ou magiar) é um exemplo disso, pois a língua húngara encontra seus parentes próximos em volgaico e em ostiak (ao noroeste da Sibéria) e a cultura dos falantes desses três sistemas lingüísticos não tem nada em comum. Toda divisão e toda correlação recíproca das culturas fundam-se, no entanto, nos princípios idênticos aos da correlação das línguas, com a única diferença de que aquilo que numa cultura corresponde às “famílias” é bem menos importante do que o que corresponde às “uniões”. As culturas de diferentes nações vizinhas apresentam sempre uma gama de traços similares, o que se manifesta, nessas culturas, em certas “zonas” histórico-culturais como, por exemplo, a do Oceano Pacífico e a das estepes. As fronteiras dessas zonas se cruzam de tal modo que podemos observar a formação de culturas do tipo misto ou intermediário. Cada nação, de modo particular, ou suas partes, singularizam o tipo cultural que lhe é característico, conferindo-lhe particularidades individuais, específicas. Esse é o resultado dessa rede matizada infinitamente diversa e, ao mesmo tempo, tão única e harmoniosa (porque ininterrupta).

Eis as conseqüências da lei da divisão. As culturas nacionais, com toda sua heterogeneidade aparentemente anárquica, guardam, cada uma, sua forma única e individual; e o seu conjunto apresenta uma certa unidade contínua, harmoniosa, a de um todo. Não é necessário sintetizá-las abstraíndo suas originalidades individuais, pois é precisamente a existência dessas entidades histórico-culturais fortemente individualizadas que representa o fundamento da unidade do conjunto. Como tudo o que é natural, inato, visto que proveniente das leis da vida e da evolução estabelecidas por Deus, o quadro é grandioso quanto a sua surpreendente e inatingível complexidade e, conseqüentemente, a sua complexa harmonia. Tentar tocar essa lei a fim de destruí-la, tentar substituir a unidade natural, orgânica, das culturas vivas fortemente individualizadas pela unidade mecânica de uma cultura universal, impessoal, pobre na sua abstração por não conceder nenhum espaço às manifestações individuais, é sacrilégio manifesto contra a natureza e contra Deus.

O alcance universal do cristianismo parece contrariar toda tentativa profanatória, vista como categórica e incondicional danação, que vise

uma unificação cultural da humanidade e a criação de uma cultura universal homogênea.

É evidente que esse não é um problema para aquele que concebe o cristianismo unicamente como uma das numerosas religiões do globo, como um produto de certas condições histórico-culturais. Nessa perspectiva, o cristianismo enquanto produto de uma cultura situa-se no mesmo nível que outros produtos de outras culturas e talvez incluído como um elemento particular, no esquema geral das diversas manifestações culturais da humanidade. Nesse caso, não podemos lhe atribuir nenhuma significação universal.

Porém, para aquele que reconhece em Cristo a encarnação do Filho de Deus e, no cristianismo, a única verdadeira religião, as palavras de Cristo: “Ide, pois; de todas as nações fazei discípulos, batizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (Mateus 28) parecem refutar a tese segundo a qual a unificação cultural da humanidade seria contrária à vontade de Deus. Essa contradição é somente aparente. De fato, se reconhecemos ao cristianismo sua verdade absoluta fundada na revelação transmitida aos homens por Deus e em suas intervenções diretas dentro do processo histórico, recusamos por esse motivo, admitir a perspectiva que considera o cristianismo como o produto e o elemento de uma cultura específica. A doutrina cristã não introduz nenhum elemento novo no seio de uma cultura. Ao contrário do judaísmo, que está ligado a uma raça específica; do islamismo, que está relacionado a uma cultura particular; e do budismo, por princípio hostil a qualquer ação cultural, o cristianismo está acima das raças e das culturas e não suprime nem diversidades, nem originalidades. A adoção do cristianismo implica a renúncia a um número importante de elementos próprios à cultura nacional pagã e também a sua transformação. No entanto, as formas concretas dessa transformação podem ser muito variadas. Isso ocorre em função do solo histórico-cultural sobre o qual caem os grãos do cristianismo. A uniformização nesse domínio não é somente desnecessária, mas totalmente impossível. O cristianismo é um “fermento” que pode ser colocado em qualquer tipo de massa e o resultado da “fermentação” será significativamente diferente segundo a composição da massa. Eis porque a rede constituída de diferentes culturas nacionais, únicas em sua individualidade, comentada acima e que cobre o globo terrestre como um arco-íris, deveria preservar sua estrutura, mesmo se o conjunto das nações do planeta se convertessem ao cristianismo.

O cristianismo não necessita de forma alguma nivelar diferenças nacionais e culturais e criar uma cultura universal homogênea. Enquanto instituição divina, ele é inalterável. No processo histórico, os dogmas cristãos não mudam, mas se *revelam*⁷. A cultura, na sua essência, é uma obra modelada pelo homem. Ela está sujeita às mudanças históricas, às

leis da evolução e, antes de tudo, às leis da divisão. A cultura cristã única é uma *contradictio in adjeto*. As culturas cristãs não somente podem, mas devem ser numerosas. Cada nação, adotando o cristianismo, deve transformar *sua* cultura para que suas características não conflitem com o cristianismo, a fim de que possamos escutar soprar tanto o espírito nacional quanto o cristão. Assim, o cristianismo não elimina a criatividade original de uma cultura nacional mas, ao contrário, a estimula e atribui a ela novas missões. Todas as nações cristãs têm como dever a adaptação de suas culturas aos dogmas, à ética, aos cânones da verdadeira Igreja de Cristo e o encargo de criar templos e formas originais de culto próprias a suscitar, durante a prece, os sentimentos cristãos nos seus representantes. Toda nação não apenas pode, mas deve tratar a questão a sua própria maneira a fim de que o cristianismo seja organicamente assimilado em íntima fusão com o psiquismo nacional em questão.

É evidente que isso não exclui de forma alguma a influência de uma cultura cristã sobre outra. Tais influências podem ser igualmente observadas entre culturas não cristãs, pois elas estão relacionadas à essência da evolução cultural que, no seu curso natural, não conduz ao nivelamento das diferenças nacionais. O mais importante é que a influência de uma cultura sobre a outra não seja esmagadora, que os empréstimos culturais sejam submetidos a um trabalho orgânico e que a nação possa criar, a partir de seus próprios componentes e de elementos estrangeiros, uma nova e única entidade que esteja em perfeita sintonia com o psiquismo nacional original. A Igreja de Cristo é uma só. Sua unidade exige que a efetiva comunicação entre diferentes igrejas locais continue sendo mantida. A possibilidade dessa comunicação existe mesmo não havendo unidade cultural. A unidade da Igreja expressa-se na comunidade da Santa Escritura, da santa tradição, dos dogmas e dos cânones. Ela não se manifesta nas formas concretas da vida, da arte e da lei sobre as quais os dogmas, os cânones, a tradição, os escritos, foram adaptados ao cotidiano de cada nação. As tentativas de fixar essas formas e de, nesse domínio, suprimir as diferenças entre as nações pertencentes à mesma Igreja, mas não exatamente à mesma cultura, têm sua origem na superstição e no ritualismo. Elas não conduzem ao bem. Nós, os Russos, sofremos muito quando esse tipo de tentativa foi efetuado pelo patriarca Nikon⁸ no intuito de provocar a cisão no seio de nossa Igreja e, em nossas vidas, esse enfraquecimento da resistência do organismo nacional e cultural russo que preparou Pedro, o Grande⁹, com suas reformas devastadoras.

Assim, para um cristão, o cristianismo não está ligado a uma cultura. Ele não é *o elemento* de uma certa cultura, mas um *fermento* acrescentado às diferentes culturas. A cultura da Abissínia e da Europa medieval em nada se assemelham e, no entanto, as duas eram cristãs.

O exame atento da história do cristianismo nos convencerá de que sua difusão se realiza sem entraves precisamente nos lugares em que foi identificado como fermento e não como elemento de uma cultura estrangeira. O cristianismo somente conseguiu ser fecundo e organicamente assimilado onde transformou a cultura nacional sem destruir sua originalidade. E, inversamente, um dos freios mais poderosos de sua propagação sempre foi sua identificação errônea a uma cultura específica, estrangeira à nação evangelizada.

Se, em diferentes casos, o fracasso de implementar o cristianismo em determinada nação tinha causas profundas, místico-providenciais talvez, em um grande número de situações, talvez na maioria delas, a causa está nos missionários que não pregaram o cristianismo como tal, mas difundiram uma certa cultura cristã. Esse foi também o pecado dos missionários ortodoxos. É um segredo de Polichinelo o fato de as missões, no interior da Rússia, tornarem-se freqüentemente um instrumento da russificação e, fora da Rússia, um meio de expandir sua influência política. Mas esse fato concerne ainda mais às missões não ortodoxas: católicas, protestantes, anglicanas. Os missionários romano-germânicos consideraram-se sobretudo como “Kulturträger”¹⁰. Suas atividades missionárias estão ligadas às “esferas de influência”, à colonização, à europeização, à civilização, às concessões, feitorias, plantações, etc. Esses missionários não são pregadores de verdades reveladas, enviados de Deus, mas agentes da política colonial ou representantes dos “interesses” de alguma potência. Em vez de pregar o cristianismo, eles pregam o catolicismo, o protestantismo ou o anglicanismo, ou seja, os desvios do cristianismo, estreitamente ligados aos princípios da cultura romano-germânica, nela enraizadas. Simplesmente, eles pregam apenas essa cultura. De fato, o êxito de sua pregação depende do grau de disposição manifestada por uma nação para “juntar-se à civilização européia”. E como, nessa civilização, o cristianismo está há muito tempo relegado a um segundo plano, amortecido pelas tendências que engendraram a Torre de Babel, é natural que os “autóctones” recentemente convertidos percebam o cristianismo através da perspectiva da civilização européia e jamais como seu elemento principal. É natural que sejam cristãos medíocres, perfeitamente estéreis no que concerne a seu poder de criação. Um tal método de evangelização não torna nações inteiras capazes de re-trabalhar suas culturas nacionais no espírito do cristianismo, mas somente indivíduos particulares que, pelo fato de terem sido convertidos, distanciam-se do tronco nacional e cultural de sua pátria a fim de tornarem-se agentes-colaboradores que colocam em andamento os projetos econômicos das potências estrangeiras.

O preceito de Cristo de que se pregue seu Evangelho a todas as nações batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, con-

tinua inacabado. E isso ocorre assim porque as missões foram transformadas em instrumentos da europeização, destinadas a estabelecer uma cultura universal homogênea, uma cultura cuja ímpia essência tentamos desvendar nesse texto.

A tendência ao nivelamento das diferenças nacionais não pode ser justificada pela evocação da necessidade das missões cristãs, pois, como por acaso, é o contrário que ocorre, e essas missões são estereis, abortadas, exatamente porque estão parcialmente vinculadas ao *kulturträgué-rité*¹¹, destruidor e verdadeiramente anticristão.

Tradução: Mirian Rose Brum de Paula**

Notas

¹ Esta tradução foi realizada a partir da tradução de Dariusz Adamski para o francês de *Vavilonskaia bachnia i smechanie yazykov*. A edição berlinense foi publicada em 1924. A tradução francesa faz parte da obra *La langue source de la nation: messianismes séculiers en Europe centrale et orientale* (du XVIII au XX siècle), de 1996, que contém textos produzidos por filósofos e lingüistas do centro (mundo germânico) e do leste (conjunto eslavo) da Europa traduzidos por Pierre Caussat, Dariusz Adamski e Marc Crépon.

² Nota da tradutora: Em 1890, nasce o príncipe Trubetzkoy de uma família tão antiga quanto a dos Romanov. Seu pai era professor de filosofia da Universidade de Moscou e é em casa que, desde cedo (1903), Trubetzkoy começa a se interessar pelos estudos etnográficos, pela filosofia da história, pela história geral das civilizações e pela diversidade das línguas. Estudou e dominou muitos sistemas lingüísticos como, por exemplo, o alemão, o francês, o russo, o italiano, o inglês, o polonês, o sânscrito, o avéstico e alguns idiomas oriundos do Cáucaso Ocidental (citados nesse artigo). Dedicou-se também à gramática das línguas indo-européias. Durante o período estalinista, negro para as ciências humanas russas, Trubetzkoy procura exílio em Kislovodsk, Rostov, Istambul, Sofia e Viena, onde permanece de 1922 a 1930, ano de sua morte. Nesses diferentes lugares, ensina gramática comparada, lingüística indo-européia, sânscrito, filologia eslava, literatura antiga, dentre outras disciplinas. Mantém, desde 1920, uma longa correspondência com Jakobson e, em 1928, entra com o amigo no Círculo Lingüístico de Praga. Da reconstituição do eslavo comum (problema relacionado à lingüística histórica), ele passa progressivamente à fonologia (problema ligado à lógica interna dos sistemas). O autor é conhecido através de sua obra póstuma intitulada *Princípios de fonologia* e pela sua elaboração do conceito de fonema, que adquire um caráter funcional, operatório e cientificamente rigoroso. “A Torre de Babel e a confusão das línguas” não está vinculado a esse último período. Esse artigo é produzido no início dos anos 20 e faz parte dos “escritos eurásianos” do autor. O movimento “eurásiano” é fundado por um grupo de intelectuais russos exilados. Para eles, a Rússia é um mundo à parte situado ao leste da Europa e ao norte da Ásia. Não é nem a Europa, nem a Ásia possuindo, no entanto, mais afinidades com o oriente do que com o ocidente: o Outro dessa Rússia era a Europa ocidental. O objetivo dos seus integrantes era demonstrar a relação natural e orgânica dos povos e das línguas desse território. Para tanto, a teoria “eurásiana” compreende aspectos geo-políticos, histórico-culturais e lingüísticos (desenvolvidos por Savickij, Trubetzkoy e Jakob-

son, respectivamente). Os “eurasianos” tentam dar conta de problemas antigos (a mudança e a diversidade das línguas) e novos (as afinidades entre as línguas) através de explicações baseadas em aspectos espaciais. Eles acreditam que as similitudes são adquiridas através do contato. Desse modo, a vizinhança substitui o parentesco. A evolução e a diversidade lingüísticas tornam-se fruto do impacto do determinismo geográfico. Os “eurasianos” rompem com a lingüística europeia (preocupada com o indo-europeu) e recusam o mundo científico ocidental estudando línguas e culturas desconhecidas dos lingüistas da Europa do Oeste. Os lingüistas russos ligados a esse movimento reagem contra o que denominam imperialismo ocidental, negando a existência de uma civilização universal e a supremacia das sociedades modernas.

Trubetzky vê a diversidade das línguas, muitas vezes interpretada como castigo divino, como uma liberação da humanidade: a separação das línguas e dos povos, instaurada após o evento da Torre de Babel, origina o renascimento de homens que podem assumir um “falar”, um “patoá”, um “dialeto”, uma outra “língua” e abandonar o idioma do império, da concentração e da asfixia da língua única.

³ Nota de Trubetzky: cf. nosso artigo “Sobre o verdadeiro e o falso nacionalismo”, publicado em *O êxodo em direção ao Leste*.

⁴ Nota de Trubetzky: A Europa conhece um surpreendente exemplo de uma “união de línguas” com as línguas balcânicas: o búlgaro, o romeno, o albanês e o grego moderno. Essas línguas fazem parte de diferentes ramos da família indo-europeia, mas apresentam-se reunidas graças a uma variedade de traços comuns e correspondências específicas quanto a sua forma gramatical.

⁵ Nota de Adamski: A cadeia associativa que propõe Trubetzky é estabelecida a partir de *sobirat* (re-grupar, reunir). Nela, pode ser incluído o adjetivo *sobornyĭ*, equivalente russo do grego *katholikon*.

⁶ Nota de Trubetzky: Assim, a família indo-europeia que, na sua totalidade, faz parte da união mediterrânea, aproxima-se em certos aspectos (a ausência de prefixos, por exemplo) da união uralo-altaica e apresenta, particularmente, em certos casos, similitudes surpreendentes com as línguas uralianas ou fino-ugrianas. Línguas da Sibéria oriental (o ostiak, do vale do Ienissei, o guiliak, o ioukagir e as línguas de Kamtchatka, a saber, o kamtchadale, o tchoukche, o koriak) são consideradas malhas intermediárias entre as uniões uralo-altaica e ameríndia (esquimó-aleut), etc.

⁷ Nota de Adamski: Nessa passagem, Trubetzky refere-se à doutrina, parecida com a de John Henry Newman (1801-1890), exposta por Soloviev em *Desenvolvimento dogmático da Igreja*, publicado em 1885. Segundo essa doutrina, o dogma continua sendo sempre o mesmo, ele é imutável. As heresias apenas obrigam a Igreja a torná-lo mais claro, a especificar seu conteúdo.

⁸ Nota de Adamski: Nicon, patriarca entre 1652 e 1658, modifica hábitos particulares da igreja russa: elimina certas prosternações solenes, exige que os sinais da cruz sejam efetuados com três dedos (ao invés de dois), muda a grafia do nome de Jesus, entre outros. Com ele, iniciou-se a cisão (em russo, *raskol*).

⁹ Nota da tradutora: Pedro I Alexeievitch (1672-1725), da dinastia dos Romanov, reformou a administração, o exército e a economia de seu império (criado em 1721), inspirado pelas viagens que efetuou na Europa ocidental. Ele é o responsável pela modernização e a ocidentalização da Rússia.

¹⁰ Nota de Adamski: *Kulturträger* pode ser traduzido [em português] por “pioneiro da cultura”. Esse termo foi amplamente empregado durante a *Kulturkampf* de Bismarck. *Kulturkampf* (termo forjado em 1873) foi originalmente dirigido contra os católicos alemães, mas inclui rapidamente o programa de germanização forçado dos povos eslavos que faziam parte da Alemanha.

¹¹ Nota de Adamski: Neologismo forjado por Trubetzkoy a partir de *Kulturträger*.

¹² DLCFL/CAL/UFSM. GRPESQ/CNPq Discurso, História, Gênero e Identidade. Integrante do Laboratório Corpus: fontes de estudos da linguagem e da Equipe Dynamiques des Langues, UMR 7114 MoDyCo CNRS e Universidade de Paris X - Nanterre. Participante do Procad/Capes entre a Unicamp e a UFSM.